



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

LEI N.º DE DE DE 2005

*Institui a obrigatoriedade de manutenção de
Posto de Atendimento Médico nos Shopping
Centers.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os conjuntos de estabelecimentos comerciais conhecidos como shopping centers, que tenha no mínimo 50 lojas, ficam obrigados a manter em suas instalações postos de atendimento médico para prestação gratuita de primeiros socorros ao público visitante e funcionários

§ 1º O horário de funcionamento do posto médico, em cada shopping center, coincidirá com o funcionamento de suas lojas.


§ 2º Os postos médicos contarão com profissionais habilitados a prestar atendimento imediato em circunstâncias emergenciais.

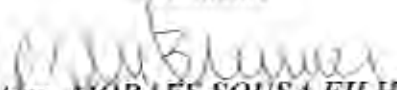
Art. 2º Caberá aos órgãos oficiais da saúde a fiscalização dos postos médicos de que trata esta lei, bem como a imposição de multas e sanções devidas, em razão da sua inobservância.

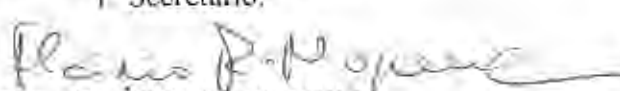
Art. 3º Os conjuntos de estabelecimentos comerciais já em funcionamento disporão do prazo de até seis meses, contados da data da publicação desta Lei, para atender as suas disposições.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. (PI), 14 de junho de 2005.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente


Dep. **MORAES SOUSA FILHO**
1º Secretário


Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 165


Teresina(PI), 16 de junho de 2005.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do Deputado *Moraes Souza Filho* que:

"Institui a obrigatoriedade de manutenção de Posto de Atendimento Médico nos Shopping Centers."

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

AL-4448/03

RECEBIDA
408
21.05.06.05

Processo AL nº 4148/03 - Projeto de Lei - AL nº 094/03, que "*institui a obrigatoriedade de manutenção de Posto de Atendimento Médico nos Shopping Centers*".

Regime de Tramitação: Ordinário

Autores: Deputado Moraes Souza Filho (PSDB)

Relator: Deputado João de Deus (PT)

PARECER CCJ Nº 705

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 4148/03 - Projeto de Lei - AL nº 094/03, que "*institui a obrigatoriedade de manutenção de Posto de Atendimento Médico nos Shopping Centers*", de autoria dos Deputado Moraes Souza Filho (PSDB), havendo o Presidente da Comissão designado o Deputado João de Deus (PT) para funcionar na Relatoria.

A apreciação do referido Projeto de Lei deve ser submetida aos regramentos constitucional e regimental.

O referido Projeto de Lei satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos, constitucional e infraconstitucional, disciplinadores da matéria sob apreciação desta Comissão Técnica Permanente. Está amparada nas disposições do art. 105, I do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa.

O nobre Deputado Moraes Souza Filho formalizou objetivando dá garantias de atendimento médico emergencial ao público visitante e aos funcionários dos Shopping Centers instalados em nosso Estado.

Eis o Relatório.

II - Voto do Relator

Após análise circunstanciada do Processo AL nº 4148/03 - Projeto de Lei - AL nº 094/03, que "*institui a obrigatoriedade de manutenção de Posto de Atendimento Médico nos Shopping Centers*", submetida à apreciação desta Comissão Permanente, o deputado designado para funcionar na Relatoria **vota favoravelmente**, em decorrência da constitucionalidade e legalidade.

III - Parecer da Comissão


A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

() pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 05 de abril de 2005.


Deputado João de Deus
Relator

MEMBROS TITULARES	VOTO FAVORÁVEL AO DO RELATOR	VOTO CONTRÁRIO AO DO RELATOR
-------------------	---------------------------------	---------------------------------

Dep. Leal Junior - Presidente	()	()
-------------------------------	-----	-----

Dep. João Madison - Vice-Presidente	()	()
-------------------------------------	-----	-----

Dep. Luciano Nunes	()	()
--------------------	-----	-----

Dep. Wilson Brandão	()	()
---------------------	-----	-----

Dep. Irmão Elias	()	()
------------------	-----	-----

Dep. Hélio Isaias	()	()
-------------------	-----	-----

MEMBROS SUPLENTE

	()	()
--	-----	-----

	()	()
--	-----	-----

	()	()
--	-----	-----

	()	()
--	-----	-----

	()	()
--	-----	-----

	()	()
--	-----	-----

PROVISO A UNANIMIDADE
em 12/04/05
PRESIDENTE DA Comissão
Subscreve

APROVADO À UNANIMIDADE
em 08/06/05

MATÉRIA: "Institui a obrigatoriedade de manutenção e posto de atendimento Médico nos shopping centers".

NATUREZA: Processo AL nº 4148/03 / Projeto de Lei - nº 094/03

AUTOR: Dep. Moraes Sousa Filho (PSDB)

RELATOR: Dep. Hélio Isaís

PARECER

I-DO RELATÓRIO: Trata-se de Projeto de Lei - AL nº 094/03, Processo AL nº 4148/03, que preenche todos os requisitos legais. A exigência contida no art. 1º e seus parágrafos do Projeto de Lei em comento expressam o "o poder de polícia" pertinente ao Estado. Nas palavras de Hely Lopes Meirelles: Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar ou restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado". (grifo não original).

O Poder-dever de agir do administrador público é hoje pacificamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência. Significa dizer que o poder administrativo, por ser conferido à Administração para o atingimento do fim público representa um dever de agir.

II- DA JUSTIFICATIVA:

A proposição em epígrafe é bastante louvável, pois tem como objetivo o atendimento médico gratuito de primeiros socorros ao público visitante e funcionários dos Shopping Centers, prestando assim, relevante serviço público e satisfação do interesse coletivo.

III- DO VOTO:

Do exposto, opinamos pela apreciação e aprovação do aludido Projeto de Lei, observado ser uma grande contribuição social.

Este é o parecer que submetemos a esta Douta Comissão de Administração Pública, salvo melhor entendimento.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina 02 de maio de 2005.

Dep. Hélio Isaís
Relator

procedida vista ao processo
do Dep. Moraes e Branco
Em 18/05/05
Presidente da Comissão de
Adm. Pública



Assembléia Legislativa

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 23 / 10 / 03
Mateus

PROJETO DE LEI Nº 084 / 2003.

INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DE POSTO DE ATENDIMENTO MÉDICO NOS SHOPPING CENTERS.

APROVADO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Conceição da Maria Leite Galvão
Chefe do Núcleo Redação de Atas

RESOLVE:

Art. 1º - Os conjuntos de estabelecimentos comerciais conhecidos como shopping centers, que tenha no mínimo 50 lojas, ficam obrigados a manter em suas instalações postos de atendimento médico para prestação gratuita de primeiros socorros ao público visitante e funcionários.

§ 1º - O horário de funcionamento do posto médico, em cada shopping center, coincidirá com o funcionamento de suas lojas.

§ 2º - Os postos médicos contarão com profissionais habilitados a prestar atendimento imediato em circunstâncias emergenciais.

Art. 2º - Caberá aos órgãos oficiais da saúde a fiscalização dos postos médicos de que trata esta lei, bem como a imposição de multas e sanções devidas, em razão da sua inobservância.

Art. 3º - Os conjuntos de estabelecimentos comerciais já em funcionamento disporão do prazo de até seis meses, contados da data da publicação desta Lei, para atender as suas disposições.

Art. 4º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Assembléia Legislativa do Piauí, em 23 de outubro de 2003.

MORAES SOUZA FILHO
DEPUTADO ESTADUAL / PSDB

Orgão	AL
Número	AL-4148/03
Data	28/10/03
Assunto	Projeto de lei
Matrícula	
Rubrica	<i>[assinatura]</i>
Matrícula	

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a *[assinatura]*
24.10.03
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-PI



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Adm. Pública
para os devidos fins.

Em 12/04/05

Elisângela

Constituição de Maria Lúcia Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Nilio Soares

para relatar.

Em 14/09/2005

Wagner

Presidente Comissão de Administração
Pública



Assembléia Legislativa

À Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 23/02/05

Elcange

Conselho de Maria Luiza Rodrigues
Chefe do Núcleo de Comissão Técnica

À Deputado Felipe de Deus

para relatar.

Em 21/03/05

Henrique
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 03 / 11 / 03

Chagas

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Tadeu Moura

para relatar.

Em

04 / 11 / 03

Seu Lins

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO
	AL-4148/03

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA

Publicação de matéria

de 01 laudas.
Em 28/10/03

Funcionário
M. Lima
Setor de Publicação

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Redação de Atas

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA

DIRETOR LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Diretoria Legislativa

Em 14/10/2005

Conceição de Maria Leite Galsão
Chefe do Núcleo Redação de Atas

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se ao

AUTOGRAFO

Rônia D. Zulatio Carvalho

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a

Sec. geral de Mesa

Rônia D. Zulatio Carvalho
Diretora Legislativa

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se a Diretoria Legislativa

Em 28/10/03

Conceição de Maria Leite Galsão
Teresina - Piauí

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Diretoria Legislativa

Em 30/10/2003

Conceição de Maria Leite Galsão
Chefe do Núcleo Redação de Atas

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Comissão Técnica

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA

DIRETOR LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

PROVIDENCIADO

Em 15/06/05

pp. [Assinatura]
Chefe de Seção de Autógrafos